RECOMENDAÇÃO Nº 002/2017 - MP/1ªPJ/MA/PC/HU
O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, por meio dos seus PROMOTORES DE JUSTIÇA DO MEIO AMBIENTE E PATRIMÔNIO CULTURAL DE BELÉM infrafirmados, com amparo jurídico nos arts. 129, incisos II, III e IX, 225, § 3º, da Constituição Federal, combinados com os arts. 25, inciso IV, alínea "a", 26, inciso VII, 27, inciso IV, da Lei n.º 8.625/93, e art. 55, parágrafo único, inciso IV, da Lei Complementar Estadual n.º 057/06,

Considerando que compete ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica e dos interesses sociais (art. 127, *caput*, da Constituição Federal);

Considerando que a Magna Carta Constitucional Pátria erigiu à categoria de *bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida* o meio ambiente ecologicamente equilibrado, impondo o dever de defendê-lo e preservá-lo ao poder público e à coletividade (art. 225, *caput*, da Constituição Federal);

Considerando que é competência do Município de Belém proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas, na forma do art. 23, VI da Constituição Federal de 1988 e nos termos da Art. 160. VII da Lei Orgânica do Município de Belém;

Considerando que o Ministério Público tem legitimidade para adotar medidas administrativas ou judiciais em defesa do meio ambiente (Lei Federal nº 8.625/93, *in art.* 27, incisos I *usque* IV);

Considerando os efeitos nefastos causados pela poluição sonora no organismo humano, citados por entidades governamentais (Exemplo: OMS), a exemplo de deficiência auditiva, distúrbio do sono, problemas cardiovasculares, impotência sexual, esterilidade e problemas psicológicos (depressão, ansiedade, stress, mudança de humor, dor de cabeça, instabilidade emocional, dentre outros);

Considerando que a Resolução 001/90 CONAMA de 08.03.90 e a N.R.B. 10.151 (ABNT) consideram "*prejudiciais à saúde, à segurança e ao sossego público*", sons que atinjam do ambiente exterior do recinto em que tem origem, MAIS DE 55 DB(A), DURANTE O DIA, E 50 DB(A), DURANTE A NOITE, EM ÁREA MISTA, PREDOMINANTEMENTE RESIDENCIAL COMO É O CASO DA MAIOR ÁREA URBANA ABRANGIDA PELO MUNICÍPIO DE BELÉM.

Considerando que LEI MUNICIPAL DE BELÉM, qual seja, Lei n.º 7.990/2000, prevê que a emissão de sons ou ruídos em decorrência de qualquer atividade no município de Belém, e seus níveis de intensidade, são fixados de acordo com as recomendações da NBR 10.151 da ABNT referida no parágrafo anterior;

Considerando que a prática de poluição sonora consubstancia uma das espécies de crime contra o meio ambiente, com previsão no art. 54 da Lei n.º 9.605/98;

Considerando que a Resolução n.º 624/2016, do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN, publicada no DOU do dia 21/10/2016 (art. 1º), preconiza a proibição da utilização de veículo de QUALQUER ESPÉCIE que possua equipamento produtor de som audível pelo lado externo, independentemente do volume ou frequência, que perturbe o sossego público, nas vias terrestres abertas à circulação;

Considerando que a Resolução n.º 624/2016 considera a vazão sonora como FALTA GRAVE, punível com multa, cinco pontos na carteira nacional de habilitação e retenção do veículo para retirada da fonte sonora, consoante art. 3º da referida resolução combinado com o art. 226 do CTB – Código de Trânsito Brasileiro;

Considerando que, nos termos do art. 94, VI da Lei Orgânica do Município de Belém, compete ao Prefeito Municipal VETAR projetos de lei que ATENDEM CONTRA BENS CONSTITUCIONALMENTE PROTEGIDOS, a exemplo do meio ambiente e saúde pública, e por atender contra o interesse público;

Considerando competir ao Ministério Público, no exercício de suas atribuições institucionais na defesa dos direitos assegurados na Magna Carta Constitucional, emitir RECOMENDAÇÕES dirigidas ao Poder Público, aos órgãos da Administração Pública, direta ou indireta, aos concessionários e permissionários de serviço público e às entidades que exerçam função pública delegada ou executem serviço de relevância pública (art. 27, Parágrafo único, inciso IV, da Lei n.º 8.625/93);

RESOLVE, nos termos das disposições do artigo 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei nº 8.625/93, bem como no contido no art. 55, parágrafo único, inciso IV, da Lei Complementar Estadual nº. 057/06;

RECOMENDAR ao PREFEITO MUNICIPAL DE BELÉM que **VETE** o Projeto de Lei n.º 1289/2016, aprovado pela Câmara dos Vereadores de Belém na sessão do dia 04/09/2017, por razões de inconstitucionalidade da proposta de lei (veto jurídico), porquanto violadora dos artigos 225, *caput*, da Constituição Federal de 1988 e art. 160, VII da Lei Orgânica do Município de Belém, bem como por ausência de interesse público (veto político) a ser alcançada por meio de aprovação do referido projeto de lei que visa tornar o som automotivo patrimônio cultural e imaterial do Município de Belém; **ADVERTIR** que o não atendimento sem justificativa da presente recomendação importará na responsabilização, visando a resguardar os bens ora tutelados, inclusive, com a propositura de ação competente.

Publique-se e Encaminhe-se à autoridade ora recomendada. Belém - PA, 14 de setembro de 2017.

BENEDITO WILSON CORRÊA DE SÁ

1º Promotor de Justiça do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural de Belém

Protocolo: 230554

EXTRATO DA PORTARIA Nº 036/2017-MP/2ª PJR

A 2ª Promotora de Justiça de Redenção, com fundamento no Art.54, VI e §3º da Lei Complementar nº 057/06 e no Art. 4º, inc. VI da RESOLUÇÃO nº 23 – CNMP, de 17/09/07, torna pública a instauração do **Inquérito Civil Público nº 030/2017** que se encontra à disposição na Promotoria de Justiça de Redenção, situada na Av. Manoel Vicente Pereira, s/nº, Lotes 20/25 – Parque dos Buritis – CEP. 68.552-760 – Redenção/PA.

PORTARIA Nº 036/2017-MP/2ª PJR.

Investigado:

Prefeito Municipal de Redenção;
Secretários do Município de Redenção.

Objeto:

Apurar indícios de desvio de finalidade por meio de concessão indevida de gratificação integral ou exclusiva, a servidores públicos do município de Redenção.

Leonardo Jorge Lima Caldas – Promotor de Justiça Respondendo pela 2ª PJ Redenção. Protocolo: 230626

ESTADO DO PARA		
MINISTÉRIO PÚBLICO		
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
SETEMBRO 2016 A AGOSTO 2017		
DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses) R\$ 1,00	
	LIQUIDADAS	INSCR. EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCES
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	452.138.895,37	0,00
Pessoal Ativo	383.761.706,64	
Pessoal Inativo e Pensionistas	68.377.188,73	
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II-A)	123.244.689,85	0,00
Imposto de Renda (Res nº 16.769/2003, publicado no DOE nº 30.014, de 25.08.2003)	0,00	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária (II-B)	123.244.689,85	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	56.329.106,44	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	66.915.583,41	
DESPESA TOTAL C/ PESSOAL P/FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE-TPD sobre a RCL (V-A) = (III-A/IV)*100 (SEM DEDUÇÃO DO IR)	328.585.436,84	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	18.326.917.371,66	
% do DESPESA TOTAL COM PESSOAL P/ FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TPD sobre a RCL (V-B) = (III-B/IV)*100 (SEM DEDUÇÃO DO IR)		1,7946%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <2%>	366.538.347,43	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <1,90%>	348.211.430,06	
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - <1,80%>	329.884.512,69	

Fonte : Siaferm 19.09.2017

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em Restos a Pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em: Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64; Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

GILBERTO VALENTE MARTINS
Procurador Geral de Justiça
MARCIO ROBERTO SILVA MENEZES

Diretor do Departamento Financeiro
ANTONIO DE PÁDUA SOUTELLO BECHARA
Controle Interno Contador

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
SETEMBRO 2016 A AGOSTO 2017		
DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <2%>	366.538.347,43	2,00%
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <1,90%>	348.211.430,06	1,90%
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - <1,80%>	329.884.512,69	1,80%
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida		
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		
GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas		
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas		
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas		
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita		
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total		0,00

Fonte : Siaferm 19.09.2017

GILBERTO VALENTE MARTINS
Procurador Geral de Justiça
MARCIO ROBERTO SILVA MENEZES
Diretor do Departamento Financeiro
ANTONIO DE PÁDUA SOUTELLO BECHARA
Controle Interno Contador

Protocolo: 230719

EXTRATO DE PORTARIA DE CONVERSÃO DE PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO EM INQUÉRITO CIVIL
O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESTADO DO PARÁ torna público a conversão de Procedimento Preparatório em Inquérito Civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração dos fatos investigados.

PORTARIA Nº: 066/2017 – MP/4ªPJ CIV

Inquérito Civil: 000859-477/2017

Conversão: 22/06/2017.

Investigante: 4ª Promotora de Justiça Cível de Ananindeua
Fundamentos: Lei n.º 13.146/2015, Art. 26, I e 27, parágrafo único, Inciso I, da Lei n.º 8.625/93 e Art. 129, II, da CF/88.

Origem: Procedimento Preparatório n.º 000859-477/2016.

Objeto: Apurar os fatos narrados na ficha de atendimento do respectivo procedimento, referente à situação da pessoa com deficiência **Jaqueline Martins Mendes** e da pessoa com transtorno mental **Suzane Mendes Braga**, em face da Secretaria Municipal de Saúde de Ananindeua. Ananindeua (PA), 14 de setembro de 2017.

VÂNIA CAMPOS DE PINHO

4ª Promotora de Justiça Cível de Ananindeua, em exercício.

Protocolo: 230826